



Exercícios

1. (RSPyere/Inédita/2022) Matriz de risco é a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Sobre esse instituto, assinale a opção correta, tomando como base as disposições da Lei nº 14.133/2021.

A) A matriz de riscos deverá conter, entre outras informações, a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto no equilíbrio-financeiro, vedada a previsão de elaboração de um termo aditivo para essas ocasiões.

B) Serão necessariamente transferidos ao contratado os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras.

C) Os riscos contratuais previstos e presumíveis contemplados na matriz de risco serão responsabilidade integral do contratado.

D) O equilíbrio econômico-financeiro será considerado mantido quando atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, ressalvados os casos de alteração unilateral do termo ou de redução ou aumento de tributos pagos pelo contratado em decorrência do termo celebrado

E) A matriz de risco é cláusula obrigatória em todo contrato administrativo, como instrumento de mitigação de possíveis prejuízos contratuais.

2. (RSPyere/Inédita/2022) A respeito das regras de transição contidas na Lei nº 14.133/2021 aplicadas as contratações públicas, assinale a alternativa correta.

A) A Lei nº 14.133/2021 se manterá em *vacatio legis* de 2 anos, contados da data em que foi publicada, devendo-se por isso aplicar as regras dispostas no regime antigo de licitações aos contratos celebrados nesse interregno.

B) Com a revogação da Lei nº 8.666/1993, os contratos celebradas a partir de licitações realizadas consoante as regras desse regime passarão a se submeter às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021.

C) O contrato de locação de imóvel cujas características das instalações e da localização tornem necessária sua escolha dispensa licitação.

D) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidos aqueles cujo valor não exceda R\$ 8.800,00, feitas em regime de adiantamento.

E) Nas obras, serviços e fornecimentos, a garantia contratual poderá ser fixada em até 5% do valor inicial do contrato, cabendo o majoramento até 10 % quando justificado por razões de complexidade técnica e riscos envolvidos.

3. (FUNDATEC - 2022 - CEASA-RS - Analista - Administrador) Segundo as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I. Suspensão temporária do Alvará de Funcionamento do contratado.

II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas I e II.

C) Apenas I e III.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

4. (FEPESE - 2022 - Prefeitura de Guatambú - SC - Auditor Fiscal - Edital nº 001 - ADAPTADA) Um dos aspectos dos contratos administrativos é a exigência de diferentes modalidades de garantia, ficando a critério do contratado optar por uma delas. As modalidades de garantia previstas são:

I. Seguro garantia.

II. Debentures conversíveis em ações.

III. Bens imóveis.

IV. Fiança bancária.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas:

A) São corretas apenas as afirmativas I e II.

B) São corretas apenas as afirmativas I e IV.

C) São corretas apenas as afirmativas II e III.

D) São corretas apenas as afirmativas I, III e IV.

E) São corretas apenas as afirmativas II, III e IV.

5. (IDIB - 2020 - Prefeitura de Araguaína - TO - Técnico I - Gestor Público) Dentro do contexto dos contratos administrativos, entende-se que o contratado está sujeito a situações que podem tornar o contrato mais custoso, dessa forma, torna-se fundamental a busca pelo equilíbrio financeiro do contrato, a fim de que se mantenha a lucratividade do contratado frente a alguns eventos, como o fato administrativo, o fato do príncipe e a álea extraordinária. Aprecie as afirmações adiante.

I. Fato do Príncipe: evento caracterizado pela elevação do objeto contratual, que provém do poder unilateral de alteração do contrato administrativo.

II. Fato da Administração: relaciona-se a condições geradas pelo próprio estado, que tornam o contrato mais custoso.

III. Álea Extraordinária: se refere a circunstâncias que acontecem de forma inesperada, sem interferência do estado.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

A) E, E, V

B) V, E, V

C) E, V, V

D) E, E, E

E) V, V, V

6. (CETREDE - 2021 - Prefeitura de Icapuí - CE - Agente Administrativo) A Nova Lei 14.133/21 sobre os contratos administrativos, traz regimes de execução que também são chamados de empreitadas, prevendo alguns regimes que já estavam previstos na Lei RDC – Lei 12.462/11 e na Lei do Pregão (Lei 10.520/2002), trazendo também



algumas novidades. Assinale a opção CORRETA que contempla todos os regimes da Nova Lei.

- A) Empreitada por preço unitário; Empreitada por preço global; Empreitada integral; Contratação por tarefa; Contratação integrada; Contratação semi-integrada; Fornecimento e prestação de serviço associado.
- B) Fornecimento de serviços intelectuais; Empreitada por mão de obra especializada; Contratação por hora; Contratação por serviço associado.
- C) Empreitada por preço unitário; Contratação por serviço associado; Empreitada por mão de obra especializada; Contratação integrada.
- D) Contratação integrada; Empreitada por serviços especializados; Empreitada por serviços gerais; Contratação por serviço associado
- E) Empreitada por preço unitário; Empreitada integral; Empreitada por mão de obra especializada; Fornecimento e prestação de serviço associado.

7. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-CE - Procurador do Estado - ADAPTADA) As regras de licitações e contratos previstas na Lei nº 14.133/2021 são aplicáveis aos contratos da administração pública que tratem de

- A) locação, serviços de arquitetura e concessão do direito real de uso.
- B) serviços técnico-profissionais especializados, operação de crédito interno e permissão de uso de bem público.
- C) compra por encomenda, contratações de tecnologia da informação e de comunicação e contratações de agente financeiro
- D) Concessão do direito real de uso, compras e gestão de dívidas públicas.
- E) operação de crédito interno, gestão de dívida pública e contratações de agentes financeiros.

8. (RSpere/Inédita/2022) Não estão sujeitas às disposições da Lei nº 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto:

- A) Operação de crédito e locação.
- B) Gestão de dívidas públicas e concessões de direito real de uso.
- C) Operação de crédito interno e gestão de dívida pública por meio de agente financeiro.
- D) Compras e operação de crédito externo e de compras.
- E) Obras e serviços de engenharia.

9. (RSpere/Inédita/2022) A Secretaria de Estado de Administração do Goiás - SEAD, celebrou contrato administrativo com empresa para a prestação de determinado serviço especial de engenharia. Aplicando a Lei nº 14.133/2021, é incorreto afirmar que:

- A) Esse contrato será regulado por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não se admitindo a aplicação do direito privado nem dos princípios gerais do direito civil.
- B) A secretaria poderá exigir garantia na forma de seguro-garantia com cláusula de retomada se o contrato em tela for de grande vulto.
- C) Apesar de ser em regra facultativa, tratando-se de contratação integrada, será obrigatória a cláusula de matriz de risco.
- D) Todo contrato deverá qualificar os signatários e o procedimento ao qual está atrelado.

E) Será nulo e de nenhum efeito a contratação verbal, ressalvadas as de pequenas compras ou as de serviços de pronto pagamento, assim entendidas como de valor não superior à R\$ 10.000,00.

10. (ADM&TEC - 2020 - Prefeitura de Gravatá - PE - Engenheiro Civil) Analise as afirmativas a seguir:

- I. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, constitui motivo para rescisão do contrato, de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993.
- II. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666, de 1993, não havendo qualquer responsabilização das partes por sua inexecução total ou parcial.
- III. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores, não constitui motivo para rescisão do contrato, de acordo com a Lei nº 8.666, de 1993.

Marque a alternativa CORRETA:

- A) Nenhuma afirmativa está correta.
- B) Apenas uma afirmativa está correta.
- C) Apenas duas afirmativas estão corretas.
- D) Apenas três afirmativas estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

11. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - Procurador do Estado - ADAPTADA) Durante a execução de contrato de obra pública, a administração pública designou um fiscal do contrato, a ser auxiliado por empresa contratada para esse fim, e, a certa altura, emitiu ordem de suspensão do contrato por seis meses. Ao retomar a execução, a empresa contratada subcontratou parte da obra, mediante comunicação ao contratante. Acerca dessa situação hipotética e adotando-se as normas contidas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a opção correta:

- A) Em situação como a descrita, além da comunicação formal da ordem de suspensão à pessoa jurídica contratada, basta que a administração pública apostile o ato no respectivo processo administrativo.
- B) Pessoas físicas ou jurídicas podem ser fiscais de contrato administrativo.
- C) Nos casos em que o contrato autorize subcontratação, não a impedirá o fato de a empresa subcontratada possuir relação jurídica com órgão ou ente da administração pública ou com servidor público.
- D) Legalmente, a administração pública pode designar mais de um fiscal para o contrato e contratar terceiro para auxiliá-los.
- E) A empresa não agiu corretamente, pois contratos de obra pública não permitem subcontratação.

12. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - Procurador do Estado) Na vigência de um contrato administrativo para execução de obra pública, a administração promoveu alteração unilateral, afirmando interesse público, e reduziu a extensão da obra, sem que essa possibilidade estivesse expressa no contrato. A empresa



contratada já adquirira os materiais necessários para a obra, os quais já se encontravam no local destinado a esse fim. Acerca dessa situação hipotética e das disposições da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), assinale a opção correta.

A) Na hipótese em consideração, a alteração seria de aceitação obrigatória por parte da empresa contratada, em qualquer caso, se observasse o limite de 25% do objeto originalmente contratado.

B) A alteração unilateral da extensão de obra é, em princípio, legalmente admissível, mas, na situação em apreço, a administração pública deverá indenizar a empresa contratada pelos materiais adquiridos.

C) As chamadas cláusulas exorbitantes precisam estar expressas no contrato administrativo, para que possam ser validamente executadas.

D) Caso haja motivação adequada baseada em interesse público, o contratado pela administração pública poderá sofrer alterações contratuais que lhe causem perda patrimonial.

E) Em casos como o descrito na situação em apreço, com base em fundamentação devidamente exposta no procedimento administrativo, a administração pública poderia alterar de forma unilateral a essência do objeto do contrato, desde que este se mantivesse compatível com o objeto social da empresa contratada.

13. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - Procurador do Estado) A administração pública firmou contrato de fornecimento de serviço contínuo de programas de informática, pelo prazo de cinco anos, e, no tempo devido, a autoridade competente decidiu prorrogá-lo por mais cinco. Em face dessa situação hipotética e da disciplina da duração dos contratos administrativos na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), assinale a opção correta.

A) A administração pode celebrar contratos de serviço contínuo em virtude da relevância do serviço, ainda que a contratação plurianual não seja economicamente a opção mais vantajosa.

B) No caso de contratos de duração plurianual, como os de serviço contínuo, um requisito é o de que a administração declare, no início do contrato, a previsão de créditos orçamentários suficientes para todos os exercícios de vigência do ajuste.

C) Se, na situação hipotética descrita, em vez de fornecimento de serviço contínuo, se tratasse de serviço público prestado em regime de monopólio, a duração máxima do contrato seria de vinte anos.

D) Conquanto haja firmado o contrato de serviço contínuo por prazo quinquenal, a administração pública em questão poderá extingui-lo, sem ônus, caso demonstre formalmente que a contratação deixou de ser vantajosa.

E) A autoridade competente não agiu corretamente, visto que contratos de fornecimento de serviço contínuo não podem ser prorrogados, uma vez atingida a duração de cinco anos de vigência.

14. (FAPEC - 2021 - PC-MS - Delegado de Polícia) Com relação à nulidade dos contratos administrativos e levando em consideração a Nova Lei de Licitações, na

hipótese de declaração de nulidade, a autoridade competente:

A) sempre deverá declarar sua nulidade com efeito ex tunc.

B) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 180 (cento oitenta) dias, prorrogável uma única vez.

C) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

D) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, não passível de prorrogação.

E) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 180 (cento oitenta) dias, não passível de prorrogação.

15. (MPE-PR - 2021 - MPE-PR - Promotor de Justiça Substituto - ADAPTADA) Assinale a alternativa correta:

A) Os contratos administrativos de compras regidos pela Lei nº 14.133/2021 poderão ser alterados unilateralmente pela contratante, desde que observados o limite de 25% sobre o valor do contrato para acréscimos ou supressões.

B) Os contratos regidos pela nova Lei de Licitações podem ser extintos só por decisão arbitral ou por ato consensual das partes, via acordo, conciliação, mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

C) A pena de advertência, nos termos da nova Lei de Licitações, será aplicada sempre que o contratado der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

D) A nova lei de licitações proíbe a contratação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa.

E) Ainda no âmbito da lei de licitações, a multa aplicada e as indenizações por prejuízos causados não poderão recair sobre o valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado.

16. (RSpyere/Inédita/2022) Com a adjudicação e a homologação da licitação a Administração estará apta a convocar o licitante vencedor para assinar o termo contratual dentro do prazo e condições estabelecidas no edital. Acerca do tema e com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

A) O prazo de convocação previsto no edital é improrrogável.

B) O prazo de validade das propostas será de 60 dias, salvo quando o edital dispuser outro lapso.

C) Uma vez adjudicado o objeto licitado, o vencedor passa a ter direito de contratação.

D) Estará obrigada a Administração a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo vencedor, na hipótese em que este não comparecer para celebração do termo.

E) Na hipótese de não comparecimento do licitante vencedor para a celebração do contrato, a Administração poderá



convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as condições da proposta adjudicada.

17. (FAPEC - 2021 - PC-MS - Delegado de Polícia) Com relação à nulidade dos contratos administrativos e levando em consideração a Nova Lei de Licitações, na hipótese de declaração de nulidade, a autoridade competente:

- A) sempre deverá declarar sua nulidade com efeito ex tunc.
- B) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 180 (cento oitenta) dias, prorrogável uma única vez.
- C) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.
- D) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, não passível de prorrogação.
- E) ao declarar a nulidade do contrato e com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que aquela terá eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 180 (cento oitenta) dias, não passível de prorrogação.

18. (FUNDATEC - 2022 - IPE Saúde - Técnico de Gestão em Saúde) Os contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, somente, no seguinte caso:

- A) De forma unilateral pela administração pública, apenas.
- B) De comum acordo entre as partes, apenas.
- C) A pedido do beneficiário do objeto do contrato.
- D) Unilateralmente pela administração pública ou por acordo das partes.
- E) Pela administração pública, pelas partes e pelo beneficiário do objeto do contrato.

19. Segundo a Lei n.º 8.666/1993, na execução de obras e serviços, os acréscimos por aditivos têm o valor limitado a

- A) 15% do valor inicial atualizado do contrato.
- B) 55% do valor inicial atualizado do contrato.
- C) 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- D) 35% do valor inicial atualizado do contrato.
- E) 45% do valor inicial atualizado do contrato.

20. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - Analista Legislativo - Engenharia Civil) Para assegurar que os preços contratuais sejam compensados em função de variações dos preços dos insumos que ocorrem em determinado período, utiliza-se o instrumento denominado

- A) subcontratação.
- B) recomposição.
- C) minuta de contrato.
- D) minuta de edital.
- E) reajustamento.

21. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - Analista Legislativo - Engenharia Civil) Quando se deseja alterar as cláusulas originalmente previstas no contrato de serviço e/ou obra estabelecida entre as partes, utiliza-se o documento denominado

- A) visita técnica.
- B) medição.
- C) subcontratação.
- D) aditivo contratual.
- E) prorrogação.

22. (FGV/CGU/Técnico Federal de Finanças e Controle/ 2022) Após regular processo licitatório, a União, por meio do Ministério das Cidades, firmou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa, para reforma de um edifício de quatro andares. Um mês após a assinatura do contrato, o Ministério das Cidades, com as devidas justificativas, unilateralmente, resolveu alterar o contrato, pois concluiu ser necessária a modificação do valor contratual em decorrência de diminuição quantitativa de seu objeto, na ordem de 50%, haja vista que agora apenas tem interesse na reforma de dois andares do edifício. Consoante dispõe a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) por se tratar de alteração unilateral quantitativa, a sociedade empresária Alfa:

- A) Será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato;
- B) Será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, a supressão pretendida na ordem de 50% do valor inicial atualizado do contrato, por se tratar de reforma de edifício;
- C) Não será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, qualquer supressão quantitativa do valor do contrato, em razão do equilíbrio econômico e financeiro que dever ser respeitado nos contratos administrativos;
- D) Não será obrigada a aceitar qualquer supressão quantitativa do valor do contrato, mas pode voluntariamente fazê-lo desde que haja redução proporcional do valor do contrato, respeitando-se, a um só tempo, a margem de lucro do contratado e a economicidade para o contratante;
- E) Será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, a supressão pretendida, em qualquer percentual incidente sobre o valor do contrato, em razão da cláusula exorbitante que decorre de lei e está implícita em todos os contratos administrativos.

23. (FGV/CGU/Técnico Federal de Finanças e Controle/ 2022) Em janeiro de 2022, a sociedade empresária Gama, após processo licitatório, celebrou contrato administrativo com a União, por meio do Ministério Beta, para a prestação de determinados serviços. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Gama prestou declaração falsa e praticou ato fraudulento, causando danos à União em razão da prestação dos serviços contratados de forma diversa do que foi acordado, dos pontos de e vista qualitativo e quantitativo. Após regular processo administrativo, observando todas as cautelas legais, em base na Lei nº 14.133/2021, a União deve aplicar à sociedade empresária Gama a sanção administrativa de:



- A) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de três anos;
- B) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública federal, pelo prazo mínimo de cinco anos e máximo de outros;
- C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo mínimo de três anos e máximo de seis anos;
- D) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo mínimo de cinco anos e máximo de oito anos;
- E) ressarcimento integral do danos ao erário, implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, e impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de oito anos.

Contratos Administrativos -Gabarito-

1. D 2. E 3. D 4. B 5. A 6. A 7. A 8. C 9. A 10. B 11. D 12. B 13. D 14. C 15. A 16. E 17. C 18. D 19. C 20. E 21. D 22. A 23. C

1. E 2. C 3. E 4. C 5. C 6. C 7. E 8. E 9. C 10. c 11. C 12. E 13. C 14. C 15. C 16. E 17. E 18. E 19. E 20. E 21. C 22. C 23. E 24. C 25. C 26. C 27. C 28. E 29. E 30. D 31. A 32. B 33. A 34. C 35. A 36. A 37. D 38. B 39. D 40. C 41. D 42. A 43. C 44. B 45. B 46. D 47. D 48. C 49. E 50. B 51. E 52. A.

1. Após anos de tramitação legislativa, entrou em vigor a Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Sobre esse Novo Regime, marque a alternativa correta.

- A) A despeito da vigência imediata a partir de sua publicação, somente após 2 anos contados dessa data é que a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos revogará a Lei nº 8.666/1993.
- B) Como regra, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e suas Subsidiárias estão sujeitas às normas dispostas na Lei nº 14.133/2021.
- C) A Lei nº 14.133/2021 terá *vacatio legis* de 2 anos, contados de sua publicação, de modo que, durante esse interregno, deve ser aplicada a Lei nº 8.666/1993.
- D) A partir da publicação da Lei nº 14.133/2021, ocasião em que entrou em vigor, a Administração Pública não pode mais realizar licitação na modalidade de tomada de preços.
- E) Segundo a Lei nº 14.133/2021, a tomada de preços está condicionada ao valor do futuro contrato administrativo a ser celebrado de modo que, para obras e serviços de engenharia, só será admitida se o termo não exceder R\$ 3.300.000,00.

2. (Instituto AOCPI/ITEP-RN/Assistente Técnico Forense - Administração/2021) Assinale a alternativa que apresenta uma das características básicas da licitação:

- A) É um procedimento financeiro contábil.
- B) É um procedimento facultativo.

- C) É um procedimento aleatório de aquisição.
- D) É um procedimento de compras diretas.
- E) É um procedimento administrativo formal.

3. (Instituto AOCPI/ITEP-RN/Assistente Técnico Forense - Administração/2021) Assinale a alternativa que apresenta casos de contratação direta pela Administração Pública

- A) Licitação competitiva e fornecedores habilitados
- B) Licitação amplificada e fornecedores competitivos.
- C) Licitação emergencial e fornecedores qualificados.
- D) Licitação deserta ou frustrada e fornecedores exclusivos.
- E) Licitação pública e fornecedores órgãos da Administração Pública.

4. (RSpere/Inédita/2022) De acordo com a Lei nº 14.133/21, a aquisição ou locação de imóvel cujas características das instalações e da localização tornem necessária sua escolha é caso de:

- A) Licitação dispensável em que o legislador autorizou a Administração Pública a deixar de promover a licitação segundo oportunidade e conveniência do interesse público.
- B) Licitação inexigível, frente ao fato de não haver viabilidade de competição.
- C) Licitação obrigatória, necessariamente na modalidade de concorrência.
- D) Licitação obrigatória, podendo o gestor público optar por realizar convite ou concorrência.
- E) Licitação obrigatória, podendo o gestor público optar por realizar convite, tomada de preços ou concorrência.

5. (RSpere/Inédita/2022) Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia constitui caso de licitação:

- A) Dispensada por falta de pressuposto jurídico.
- B) Dispensada por falta de pressuposto lógico.
- C) Dispensável por falta de pressuposto lógico.
- D) Dispensável por falta de pressuposto jurídico.
- E) Inexigível por falta de pressuposto lógico.

6. (Instituto AOCPI/UFPB/Auditor/2019) A Lei Federal nº 8.666/1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Sobre as licitações, é correto afirmar que:

- A) São uma prática destinada a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- B) Devem ser aplicadas somente em casos relacionados com obras públicas.
- C) Salvo exceções, as licitações exigem que pagamentos ocorram sempre à vista.
- D) A seleção da proposta mais vantajosa independe de quaisquer princípios.
- E) Devem ocorrer sempre a cada dois anos, mesmo sendo um item intangível.

7. (Instituto AOCPI/UFPB/Assistente em Administração/2019) Para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados na restauração de obras de



arte e bens de valor histórico, segundo a Lei nº 8.666/1993, a Administração Pública pode utilizar:

- A) Dispensa de licitação
- B) Inexigibilidade de licitação.
- C) Licitação superfaturada.
- D) Licitação por meio de ampla concorrência.
- E) Leilão.

8. (Instituto AOCB/Prefeitura de Novo Hamburgo - RS/ Procurador/2022) Analise o seguinte caso hipotético: A Prefeitura de Novo Hamburgo, por dispensa de licitação, pretende adquirir 10 (dez) notebooks para que sejam utilizados pelos Secretários Municipais no desempenho de suas funções. Nesse caso, considerando as disposições instituídas pela Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação

- A) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- B) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).
- C) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).
- D) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- E) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

9. (Instituto AOCB/IPE Prev/Analista em Previdência/2022 - adequada) Referente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- B) Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- C) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- D) A concorrência é modalidade adequada à celebração de contratos de bens e serviços especiais, bem como de eficiência.
- E) O critério de melhor técnica será empregado quando se concluir que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas são relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de bens e serviços de tecnologia da informação.

10. (RSpyere/Inédita/2022) "Trata-se da modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no Art. 19." Conforme a Lei Federal nº 8.666/1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, o enunciado refere-se à modalidade de

- A) Convite.
- B) Concorrência.
- C) Leilão.

- D) Tomada de preço
- E) Concurso.

11. (Instituto AOCB/ UFPB/Auditor/2019) A Lei Federal nº 10.520/2002 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituiu a modalidade de ligação denominada pregão. Em seu art. 4º, inciso V, estabelece que o prazo contado a partir da publicação do aviso sobre a apresentação das propostas não poderá ser inferior a quantos dias úteis.

- A) 5
- B) 4
- C) 9
- D) 8
- E) 10

12. (Instituto AOCB/ UFPB/Auditor/2019) A Lei Federal nº 10.520/2002 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituiu a modalidade de ligação denominada pregão. O art. 6º dessa Lei estabelece que, nessa modalidade, o prazo de validade das propostas

- A) Será de 45 dias
- B) Dependerá do edital
- C) Será de 30 dias
- D) Será combinado entre as partes
- E) Será de 60 dias, caso o edital seja omissivo

13. (Instituto AOCB/UFPB/Administrador de Edifícios/ 2019) Quais são os regimes da execução indireta definida na Lei nº 8.666/1993?

- A) Produtos para pesquisa e desenvolvimento, sistemas de tecnologia de informação e comunicação.
- B) Empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa e empreitada integral.
- C) Serviços prestados no país e produtos manufaturados produzidos no território nacional.
- D) Contratada física, comissão especial e
- E) Projeto técnicas globais p r o j e t o

pessoa jurídica ou permanente ou administração. básico de soluções e localizadas e executivo.

GABARITO

14. (Instituto AOCB/ UFPB/ Administrador de Edifícios/2019) Para a habilitação nas licitações, conforme estabelece a Lei nº 8.666/1993, é exigida dos interessados, dentre outras, documentação relativa

- A) Estudos técnicos, planejamento e projetos, além de pareceres, perícias e avaliações em geral.
- B) A assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias



www.raphaelspyere.com.br

@raphaelspyere

Raphael Spyere

Estudando Direito - com Raphael Spyere

relacionadas ao objeto.
C) a laudos de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços que serão contratados.



D) à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista.
E) a autorizações de patrocínio e declaração de responsáveis pela defesa de causas judiciais ou administrativas.

15. (Instituto AOC/ITEP-RN/Perito Criminal/2021) Em licitações, as empresas devem comprovar idoneidade financeira. Esse termo está relacionado à

- A) aptidão de uma pessoa ou empresa de contrair responsabilidades jurídicas.
- B) expertise ou competência para execução de determinado serviço, objeto do contrato da licitação.
- C) capacidade técnica do pessoal responsável pela administração da empresa.
- D) capacidade financeira da empresa que irá realizar o serviço.
- E) situação cadastral do CNPJ da empresa, no caso de pessoa jurídica.

16. (Instituto AOC/ITEP-RN/Assistente Técnico Forense - Administração/2021) Os procedimentos licitatórios em órgãos públicos possuem uma fase interna e uma fase externa. Na fase externa, ocorrem tarefas como divulgação de editais, abertura e condução de procedimentos licitatórios. A fase externa é responsabilidade

- A) da seção de compras.
- B) da seção de aquisição.
- C) da central de compras.
- D) do processamento das compras.
- E) da comissão permanente de licitação.

17. (Instituto AOC/MPE-RS/Técnico do Ministério Público/2021) Sobre os variados temas de Direito Administrativo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. De acordo com as regras de organização administrativa, o INSS e o IBAMA são autarquias federais que integram a administração direta da União.
 - II. Os atos administrativos possuem cinco elementos, quais sejam: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
 - III. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
 - IV. Segundo a Lei Federal nº 8.666/1993, tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- A) Apenas I e II.
 - B) Apenas II e III.
 - C) Apenas III e IV.
 - D) Apenas I, II e IV.
 - E) Apenas I, III e IV.

18. (Instituto AOC/Prefeitura de Betim-MG/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2020) Assinale a alternativa que apresenta o conceito correto de adjudicação nas licitações públicas

- A) É o ato administrativo pelo qual a autoridade superior manifesta sua concordância com a legalidade e a conveniência do procedimento licitatório.
- B) É a necessidade de verificação da capacidade do licitante no exercício de direitos e deveres, para caso de eventual responsabilização pelas obrigações pactuadas.
- C) É o ato administrativo pelo qual se declara como satisfatória a proposta vencedora do procedimento e se afirma a intenção de celebrar o contrato com o seu ofertante.
- D) É o ato que tem o condão de demonstrar que o interessado está devidamente inscrito nos cadastros públicos pertinentes e regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas.
- E) É sinônimo da comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionadas com seus respectivos objetos sociais.

19. (Instituto AOC/Prefeitura de Betim-MG/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2020) Acerca da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
- B) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- C) É indispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- D) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- E) É dispensável a licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

20. (RSpyere/Inédita/2022) Marque a opção incorreta consoante as disposições da Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- A) Afastam-se do campo normativo desse diploma legal as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- B) Encerrado o julgamento e a habilitação, bem como uma vez preclusa a etapa recursal, o certame licitatório será dirigido à autoridade superior, que homologará o certame e depois adjudicará o objeto ao vencedor.
- C) O objetivo de selecionar a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso em favor da Administração Pública compreende o ciclo de vida do objeto licitado.
- D) O diálogo competitivo é uma modalidade de licitação legalmente constituída para contratações em que o Poder Público depende da expertise do setor privado para atender aos interesses públicos.
- E) Por aplicação dos princípios da publicidade e da transparência, a divulgação do edital de licitação será realizada mediante sua publicação, inteiro teor, no Portal Nacional de Contratações Públicas.



21. (RSpere/Inédita/2022) A habilitação é uma etapa da fase externa da licitação em que será verificada a capacidade do proponente de cumprir o objeto do futuro contrato a ser celebrado. Acerca das normas aplicadas a essa etapa, contidas na Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, marque a alternativa ERRADA.

- A) Na habilitação será dividida em jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.
- B) A apresentação e julgamento das propostas será realizada antes da habilitação, sendo admitido à Administração inverter essa sequência, habilitando os licitantes antes de dar efetiva atenção às propostas apresentadas.
- C) Deverá ser exigida do licitante declaração de que atende aos requisitos de habilitação, cabendo ao declarante responder pela veracidade das informações prestadas.
- D) As habilitações fiscal, social e trabalhista compreendem a inscrição do proponente no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, bem como sua regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS.
- E) A documentação relativa à habilitação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata.

22. (RSpere/Inédita/2022) A Lei nº 8.666/1993 - Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos determina que:

- A) A Lei de Licitações confere ao contratado a prerrogativa de rescindir unilateralmente os contratos celebrados quando a Administração contratante faltar com o pagamento por mais de 90 dias consecutivos.
- B) A Administração poderá utilizar a tomada de preços nos casos em que couber convite, mas não a concorrência, por se tratar de modalidade de formalismo mais acentuado.
- C) É dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00.
- D) Os licitantes poderão impugnar os termos do edital de licitação até antes da respectiva homologação pela autoridade competente.
- E) As aquisições feitas sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento apresentam nulidade.

23. (Instituto AOCPI/ITEP - RN/Assistente Técnico Forense - Administração/2021) Qual é a modalidade de licitação para aquisição ou alienação de bens imóveis, por parte da administração pública, para até valores acima de R\$ 1,5 milhões?

- A) Tomada de preços.
- B) Concorrência.
- C) Convite.
- D) Pregão.
- E) Leilão.

24. (RSpere/Inédita/2022) Segundo Carlos Ari Sundfeld (Licitação e Contrato Administrativo, 1994, p. 15), "licitação é o procedimento administrativo destinado à escolha de pessoa a ser contratada pela Administração ou a ser beneficiada por ato administrativo singular, no qual são assegurados tanto o direito dos interessados à disputa como a seleção do beneficiário mais adequado ao interesse público". Sobre o tema, marque a alternativa correta sobre licitações e contratos administrativos.

- A) O edital de processo de contratação de obra e serviço de engenharia deve conter, entre outras informações, a modalidade, o regime de execução e o tipo de licitação, bem como as condições de pagamento, sendo facultado ao agente público divulgar o cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
- B) A pandemia de Corona Vírus, fez com que as leis de licitações expressamente contemplassem mais uma hipótese de licitação inexigível.
- C) Se a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte promover processo licitatório para aquisição de bens e serviços comuns, na modalidade pregão, a ela será defeso exigir garantia de proposta dos licitantes.
- D) Declarado o vencedor no curso de um pregão, qualquer licitante terá o prazo de dois dias para manifestar a intenção de recorrer.
- E) Na concorrência regida pela Lei nº 14.133/2021, uma vez prevista no edital motivadamente a inversão de fases, será promovida antes da habilitação dos licitantes o julgamento de suas propostas.

25. (RSpere/Inédita/2022) No tocante às novas regras jurídicas de licitações inauguradas pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) O diálogo com interessados em serem pré-selecionados e a competição entre eles são as duas fases que compõem a modalidade de licitação denominada diálogo competitivo.
- B) O menor preço e maior desconto, enquanto critérios de julgamento, somente poderão ser empregados na modalidade de licitação pregão.
- C) Pelo princípio da universalidade, a concorrência é um instrumento processual hábil para a alienação de bens, razão pela qual poderá contar como critério de julgamento com o maior lance.
- D) Assim como no regime antigo de licitações, o concurso de prêmios não possui critério de julgamento, cabendo ao respectivo regulamento do certame definir os aspectos objetivos a serem empregados na ocasião de julgamento das propostas.
- E) O maior retorno econômico é uma modalidade de licitação destinada a celebração de contratos de eficiência, em que o contratado terá um ganho variável conforme o resultado por ele atingido.

26. (Instituto AOCPI/Câmara de Teresina-PI/Procurador/2021) A Câmara Municipal de Teresina, diante de inúmeros cargos vagos no seu quadro de servidores efetivos, determinou a abertura de procedimento licitatório na convencionalidade objetivando a contratação de instituição responsável pela organização de concurso público. Ocorre que, durante uma fase de habilitação, todos os licitantes foram considerados inabilitados por apresentarem documentos em desconformidade ao previsto no art. 27 da Lei de Licitações. Considerando o caso narrado, bem como as disposições instituídas pela Lei nº 8.666 / 1993, a Câmara Municipal de Teresina pode fixar aos licitantes, para a apresentação de novos documentos, o prazo de

- A) três dias úteis.
- B) cinco dias úteis.
- C) oito dias úteis.
- D) dez dias úteis



E) quinze dias úteis.

27. (AOC/MPE-RS/MPE-RS/Analista do Ministério Público/2021) Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/1993 acerca de licitações, assinale a alternativa correta

A) A licitação é dispensável para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data posterior à vigência da referida Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

B) Os recursos administrativos, quando interpostos, serão comunicados aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de cinco dias úteis, mas nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

C) Para os fins dessa Lei, os órgãos e as entidades da Administração Pública que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, seis meses.

D) A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, quatro membros, sendo pelo menos dois deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

E) Os contratos administrativos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, inclusive os relativos a direitos reais sobre imóveis que serão posteriormente levados a registro na respectiva matrícula.

28. (Instituto AOC/Prefeitura de Betim-MG/Analista Jurídico/2020) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas acerca da temática de licitações.

I. Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

II. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, desde que precedidos de autorização legislativa específica.

III. Consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a 30 (trinta) dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subsequente tenha uma data anterior a 120 (cento e vinte) dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.

IV. Com relação ao pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 08 (oito) dias úteis.

A) Apenas I e II.

B) Apenas III e IV.

C) Apenas I, II e III.

D) Apenas I, III e IV.

E) Apenas II, III e IV.

29. (Instituto AOC/ADAF-AM/Contador/2018) Com base na Lei nº 10.520/2002, referente à fase externa do pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, NÃO será inferior a

A) 8 (oito) dias úteis.

B) 10 (dez) dias úteis.

C) 15 (quinze) dias úteis.

D) 30 (trinta) dias úteis.

E) 45 (quarenta e cinco) dias úteis.

30. (Instituto AOC/Prefeitura de São Bento do Sul/2019) Em se tratando da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/1993), assinale a única alternativa inteiramente correta dentre as seguintes (ADAPTADA).

A) É obrigatória a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

B) Concurso é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

C) Quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

D) Será inexigível a licitação quando houver situação de emergência.

E) É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

31. (Instituto AOC/Câmara de Cabo de Santo Agostinho/advogado/2019) Assinale a alternativa correta segundo a Lei nº 8.666/93 (Adaptada).

A) Os membros das Comissões de licitação responderão subsidiariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se a posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

B) A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

C) Poderá ser aberta uma licitação de obra ou serviço quando não houver projeto básico, desde que o projeto executivo se ache disponível.

D) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o penúltimo dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

E) É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.



32. (Instituto AOCB/IBGE/Analista Censitário - Gestão e Infraestrutura/2019) Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93).

- A) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de autorização legislativa.
- B) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 10% (dez por cento) da avaliação.
- C) Quando a lei autoriza a administração, discricionariamente, deixar de realizar a licitação, temos a denominada licitação dispensada.
- D) Nos casos em que couber a tomada de preços, a Administração poderá utilizar convite e, em qualquer caso, a concorrência.
- E) Os bens arrematados serão pagos à vista ou no percentual estabelecido no edital, não inferior a 5% (cinco por cento) e, após a assinatura da respectiva ata lavrada no local do leilão, imediatamente entregues ao arrematante, o qual se obrigará ao pagamento do restante no prazo estipulado no edital de convocação, sob pena de perder em favor da Administração o valor já recolhido.

33. (Instituto AOCB/IBGE/Analista Censitário - Gestão e Infraestrutura/2019) Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se por meio de uma sucessão ordenada de atos vinculados para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Nesse contexto, assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei nº 8.666/93.

- A) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento subjetivo e dos que lhes são correlatos.
- B) As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.
- C) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concorrência, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.
- D) No sistema de registro de preços, os preços registrados serão publicados bimestralmente para orientação da Administração na imprensa oficial.
- E) Será dada publicidade, trimestralmente, em órgão de divulgação oficial, à relação de todas as compras feitas pela Administração, Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação.

34. (Instituto AOCB/UFPB/Tecnólogo - Gestão Pública/2019) Sobre a execução de obras e serviços, na forma indireta, assinale a alternativa correta.

- A) Empreitada por preço unitário: quando se contrata a execução da obra ou serviço por preço de unidades determinadas.
- B) Empreitada por preço global: quando se contrata um empreendimento em sua totalidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante.
- C) Empreitada integral: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- D) Tarefa: quando se contrata a execução da obra ou serviço por preço de unidades determinadas.
- E) Empreitada integral: quando se contrata a execução da obra ou serviço por preço de unidades determinadas.

35. (Instituto AOCB/UFPB/Tecnólogo - Gestão Pública/2019) Sobre a modalidade Tomada de Preço, assinale a alternativa correta.

- A) É a modalidade de licitação mais simples. A Administração escolhe entre os possíveis interessados quem participa, cadastrados ou não. A divulgação deve ser feita mediante afixação de cópia do edital em quadro de avisos do órgão ou entidade, localizado em lugar de ampla divulgação, conforme a Lei de Licitações.
- B) É uma modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.
- C) Destina-se exclusivamente à contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação. Nessa modalidade, os licitantes apresentam propostas de preço por escrito e por lances, que podem ser verbais ou na forma eletrônica.
- D) É forma de obtenção de propostas para aquisições de pequeno valor, cujas despesas enquadrem-se na modalidade dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Foi implantada pelo Sistema de Cotação Eletrônica, mediante a Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- E) Funciona por meio de sistema que promova a comunicação na internet, a exemplo de pregão eletrônico.

36. (Instituto AOCB/UFPB/Tecnólogo - Gestão Pública/2019) Licitação é procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, por meio de condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. São modalidades de licitação:

- A) Concorrência, Tomada de preços, Convite e Pregão.
- B) Tomada de Preço, Convite, Pregão e Sorteio.
- C) Tomada de Preço, Convite e Sorteio.
- D) Concurso, Convite, Sorteio e Pregão.
- E) Tomada de Preço, Convite, Sorteio e Leilão.

37. (Instituto AOCB/UFPB/Assistente em Administração/2019) Excetuando-se os casos dispensáveis de licitações e aqueles que são inexigíveis, tem-se, de acordo com o artigo 22 da Lei nº 8.666/1993, as modalidades de licitações. Uma das modalidades de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação



preliminar, comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto é a modalidade denominada

- A) leilão.
- B) concurso.
- C) convite.
- D) tomada de preços.
- E) concorrência.

38. (Instituto AOC/UEFS/Analista Universitário - ciências contábeis/2018) Os prazos mínimos para convocação dos licitantes quando for do tipo melhor técnica ou de técnica e preço serão, respectivamente:

- A) 15 dias para Concorrência e 05 dias para Tomada de Preços.
- B) 30 dias para Concorrência e 15 dias para Tomada de Preços.
- C) 20 dias para Concorrência e 10 dias para Tomada de Preços.
- D) 45 dias para Concorrência e 30 dias para Tomada de Preços.
- E) 60 dias para Concorrência e 45 dias para Tomada de Preços.

39. (Instituto AOC/UEFS/Analista Universitário - ciências contábeis/2018) A vinculação da licitação às prescrições legais que a regem em todos seus atos e fases é imposta pelo princípio

- A) do procedimento formal.
- B) da vinculação ao edital.
- C) da publicidade.
- D) do julgamento objetivo.
- E) da probidade administrativa.

40. (Instituto AOC/IPM-SP/Técnico em Contabilidade/2018) Em relação à modalidade de licitação Pregão, assinale a alternativa correta.

- A) Não poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação em nenhuma hipótese.
- B) A definição do objeto deverá ser precisa e conter especificações próprias que indiquem seu fabricante.
- C) Para aquisição de bens e serviços comuns, não poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.
- D) A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- E) Não existe Pregão na modalidade eletrônica.

41. (Instituto AOC/ADAF-AM/Assistente Técnico/2018) Qual é o número mínimo de escolhidos e convidados pela unidade administrativa na modalidade de licitação convite?

- A) 2 (dois).
- B) 3 (três).
- C) 7 (sete).
- D) 10 (dez).
- E) 11 (onze).

42. (Instituto AOC/ADAF-AM/Contador/2018) No que se refere ao pregão, regulado pela Lei nº 10.520/2002, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É imprescindível que seja constituída uma comissão de licitação.
- B) Não é passível a alienação de bens públicos.
- C) A homologação do procedimento é realizada após a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- D) O critério adotado para julgamento e classificação das propostas é pelo menor preço.
- E) A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados.

43. (Instituto AOC/ADAF-AM/Contador/2018) Sobre a licitação na Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que

- A) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- B) a licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- C) a carta convite não é a única modalidade de licitação que dispensa publicação de edital.
- D) a melhor técnica é uma modalidade de licitação.
- E) os critérios de julgamento, como sendo menor preço, melhor técnica, estão estabelecendo o denominado princípio do julgamento competitivo.

44. (Instituto AOC/IPE Prev/Analista em Previdência - Direito/2022) Referente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- B) Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- C) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- D) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- E) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

45. (Fundatec/CEASA-RS.Agente Técnico em Contabilidade/2022) Com relação ao desempenho das funções essenciais para a perfeita execução da Lei de Licitações, a orientação legal é para que a autoridade máxima do órgão ou da entidade promova gestão por competências com a finalidade de designar agentes públicos para o desempenho destas funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021. No entanto, para essa designação, é necessário que tais agentes preencham alguns requisitos mencionados na referida Lei. É necessário que os agentes:

- I. Sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.



II. Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.

III. Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

46. (FAURGS/SES-RS/Técnico de Enfermagem/2022) Considere os resultados a seguir.

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

II - Assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

III- Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Quais constituem objetivos da Lei Federal nº 14.133 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de 1º de abril de 2021?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

47. (CEBRASPE/DPE-PI/Defensor Público/2022) São modalidades de licitação, conforme a Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos),

- A) pregão, leilão, concorrência, tomada de preços e concurso.
- B) pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.
- C) pregão, concorrência, leilão, tomada de preços e carta-convite.
- D) licitação dispensável, concorrência, leilão e diálogo competitivo.
- E) concorrência, convite, concurso, consulta e licitação inexigível.

48. (FAURGS/SES-RS/Administrador/2022) Considere as afirmações abaixo segundo a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

I - É dispensável a licitação quando inviável a competição, em especial no caso de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

II - É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial no caso de aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

III- É dispensável a licitação para aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

IV - É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial no caso de contratação para transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Quais estão corretas?

- A) Apenas II e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) Apenas I, III e IV.

49. (FAURGS/SES-RS/Administrador/2022) Considere as afirmações abaixo segundo a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

I - Estão também subordinados ao regime da Lei Federal nº 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, os contratos de gestão de dívida pública.

II - Diante da universalidade do processo licitatório, fica facultado ao autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

III- São modalidades de licitação, dentre outras, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo.

IV - Integram o rol de critérios para o julgamento das propostas, dentre outros, menor preço, melhor técnica ou melhor conteúdo artístico e maior retorno econômico.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II e IV.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas II, III e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) Apenas I, III e IV.

50. (FAURGS/SES-RS/Administrador/2022) Considere as afirmações abaixo sobre as fases do processo licitatório.

I - Preparatória: é caracterizada pelo planejamento, abordando todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

II - De divulgação do edital de licitação: a publicidade do edital de licitação será realizada, mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

III- De julgamento: definido o resultado do julgamento, a Administração não poderá de forma alguma negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

IV - De habilitação: é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.



Quais descrições das fases do processo licitatório estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II, III e IV.
- C) Apenas I, III e IV.
- D) Apenas I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

51. (FAURGS/SES-RS/Administrador/2022) No que se refere às licitações, o julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

- A) menor preço; concorrência; melhor técnica ou conteúdo artístico; concurso; pregão; técnica e preço; maior lance, no caso de leilão; maior retorno econômico.
- B) menor preço; maior desconto; melhor técnica artística; maior lance; maior retorno financeiro aos interessados.
- C) menor lance; maior desconto na compra à vista; melhor técnica e menor preço; maior retorno econômico.
- D) menor preço; convite; tomada de preço; concorrência; leilão; pregão; concurso e diálogo competitivo.
- E) menor preço; maior desconto; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior lance, no caso de leilão; maior retorno econômico.

52. (FAURGS/SES-RS/Administrador/2022) No que se refere às licitações, assinale a modalidade que está corretamente descrita.

- A) Diálogo competitivo é a modalidade de licitação entre licitantes previamente selecionados, que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para aquisição apenas de bens e serviços comuns com o menor lance ou desconto.
- B) Concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de menor preço ou o de maior desconto.
- C) Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- D) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, após o encerramento do diálogo competitivo entre os interessados.
- E) Pregão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

53. (FGV/Juiz de Direito Substituto/2022) O Estado Alfa realizou o chamado, pela nova Lei de Licitação (Lei nº 14.133/2021), procedimento de credenciamento, na medida em que realizou um processo administrativo de chamamento público, convocando interessados em prestar determinados serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciassem no órgão para executar o objeto quando convocados. Cumpridas todas as formalidades legais, na presente hipótese, de acordo com o citado diploma legal, em se tratando de caso de objeto que deva ser contratado por meio de credenciamento, a licitação é:

- A) inexigível, por expressa previsão legal;

- B) dispensável, por expressa previsão legal;
- C) obrigatória, na modalidade diálogo competitivo;
- D) obrigatória, na modalidade pregão;
- E) obrigatória, na modalidade leilão.

54. (FGV/MPE/Promotor de Justiça Substituto/2022) Em dezembro de 2021, o Ministério Público do Estado Ômega está realizando licitação para aquisição de determinados bens. Ocorre que, durante o processo licitatório, houve empate entre duas propostas. Utilizando sucessivamente os critérios previstos na nova Lei de Licitações, o Ministério Público tentou o desempate por meio da disputa final, mas os licitantes empatados não apresentaram nova proposta em ato contínuo à classificação. Em seguida, tentou-se a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, porém manteve-se o empate. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o próximo critério que deverá ser utilizado pelo Ministério Público para o desempate é:

- A) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- B) a priorização de sociedade empresária que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- C) o desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- D) a priorização de sociedade empresária estabelecida no território do Estado Ômega e, frustrada tal tentativa, em Estado da mesma região do país;
- E) a priorização de sociedade empresária que comprove a prática de mitigação, conforme a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

55. (CEBRASPE/SEFAZ-RR/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2021) As normas gerais previstas pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) se aplicam obrigatoriamente

- A) às contratações de todas as entidades da administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- B) aos Poderes Legislativo e Judiciário, quando houver desempenho de atividade de natureza administrativa nesses poderes.
- C) aos contratos de operação de crédito interno, inclusive quanto à concessão de garantia, sendo dispensada sua aplicação quando a operação for de crédito externo.
- D) aos municípios apenas se houver ratificação das regras por regulamentação local, que deve ser aprovada na respectiva câmara municipal.
- E) a qualquer contrato administrativo vigente, porque todas as disposições da Lei nº 8.666/1993 foram imediatamente revogadas quando a nova norma entrou em vigor.

56. (Instituto Consulplan/TJ-MG/Analista - Contador/2021) Para a Administração Pública, é de suma importância o entendimento dos conceitos de: Carta-Convite, Tomada de Preços, Pregão, Concorrência e Leilão. Considerando a nova Lei de Licitações, assinale a afirmativa correta.

- A) A modalidade conhecida como Pregão foi extinta.
- B) Nem todas as modalidades de certames enumeradas no caput são atualmente aplicáveis.
- C) As modalidades Carta-Convite e Tomada de Preços ganharam destaque a partir da nova Lei.



D) A modalidade conhecida como Leilão foi extinta e, em substituição, foi criada a modalidade Diálogo Participativo.
E) O regime diferenciado de contratações, inaugurado ainda no regime antigo de licitação, foi absorvido pelo novo diploma legal como o pregão.

57. (Instituto AOCB/IBGE/Analista Censitário - Gestão e Infraestrutura/2019) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscando oferecer melhores condições a seus servidores no desempenho das atividades censitárias, iniciou procedimento licitatório na modalidade pregão para a aquisição de 500 (quinhentos) equipamentos de informática Desktop. Considerando a temática do Pregão e a legislação aplicável ao caso, assinale a alternativa correta (ADAPTADA).

A) No pregão, a habilitação do licitante ocorre em fase anterior à de julgamento e classificação.
B) A equipe de apoio ao pregoeiro deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração e sempre pertencentes ao quadro permanente da entidade promotora do evento, no caso o IBGE.
C) O prazo para apresentação das propostas não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação do aviso.
D) Se outro não estiver fixado no edital, o prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias.
E) A União publicará aviso de licitação no Diário Oficial e, onde não houver, em jornal de grande circulação local.

58. (Instituto AOCB/EBSERH/Advogado/2015) Sobre licitações, assinale a alternativa correta.

A) O processo licitatório é uma obrigatoriedade que está sujeita somente a Administração Direta.
B) O administrador sempre deverá contratar com a proposta de menor preço.
C) A modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, é o pregão.
D) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.
E) É inexigível a licitação para as compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização de processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

59. (Instituto AOCB/EBSERH/Advogado/2015) Assinale a alternativa correta.

A) Mesmo quando não houver orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários da obra, poderá haver a licitação da obra.
B) É permitida a inclusão no objeto da licitação de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
C) A licitação não pode ser dispensada para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico antes de 21 de junho de 1993, e desde que o

preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

D) A licitação na modalidade pregão poderá ser utilizada para qualquer tipo de aquisição, como obra, serviços, inclusive publicidade, compras, alienações e locações.

E) O prazo de validade das propostas na modalidade do pregão será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

60. (Instituto AOCB/SES-PE/Analista em Saúde - Contador/2018) Na modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, a fase externa será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras, EXCETO

A) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 30 (trinta) dias úteis.
B) a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento.
C) constarão do aviso a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.
D) constarão do edital todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso.
E) cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas na forma da Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

61. (Instituto AOCB/EBSERH/Assistente Administrativo/2015) Enquanto na Lei de Licitações o prazo para assinatura do contrato é de no máximo 60 dias, na modalidade de pregão, esse prazo é

A) 10 dias.
B) 15 dias.
C) 30 dias.
D) 45 dias.
E) definido pelo edital.

62. (Instituto AOCB/EBSERH/Assistente Administrativo/2015) Assinale a alternativa que apresenta a Lei que introduziu o pregão como mais uma modalidade licitatória.

A) Lei nº 8987/1995.
B) Lei nº 10.520/2002.
C) Lei nº 9637/1996.
D) Lei nº 9637/1998.
E) Lei nº 11.709/2004.

63. (Instituto AOCB/TRT 1ª Região/Técnico Judiciário/2018) Acerca do Pregão, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, assinale a alternativa correta.

A) O prazo de validade das propostas é de 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
B) A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no desejo de recorrer, quando declarado o vencedor, acarreta a decadência do direito de recurso.



- C) É vedado adotar a modalidade do pregão para as compras e contratações de bens e serviços comuns, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços.
- D) A designação, pela autoridade competente, do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio marca o início da fase externa do pregão.
- E) É condição para participação no certame a aquisição do edital pelos licitantes.

64. (Instituto AOC/PT 1ª Região/Analista Judiciário/2018) De acordo com a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002), assinale a alternativa correta.

- A) A equipe de apoio deverá ser integrada em sua totalidade por servidores ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente da entidade promotora do evento.
- B) É vedado adotar a modalidade de pregão nas compras e contratações de bens e serviços comuns quando efetuadas pelo sistema de registro de preços.
- C) O prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não pode ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.
- D) Para bens e serviços comuns acima de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) é facultado exigir garantia da proposta no valor de 5% (cinco por cento) do objeto.
- E) O acolhimento de eventual recurso interposto contra a declaração do vencedor acarreta a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

65. (Instituto AOC/ITEP-RN/Perito Criminal/2018) A Lei nº 8.666/93, trata das Licitações e suas modalidades. Através da Lei nº 10.520/02, foi instituída uma nova modalidade de licitação. Assinale a alternativa em que um dos itens NÃO é modalidade de licitação.

- A) Pregão; convite; tomada de preços.
- B) Concurso; concorrência; leilão.
- C) Convite; leilão; combinação.
- D) Tomada de preço; concorrência; convite.
- E) Concorrência; tomada de preços; leilão.

GABARITO

1. A 2. E 3. D 4. B 5. E 6. A 7. B 8. B 9. C 10. C 11. D 12. B 13. B 14. D 15. D 16. E 17. B 18. C 19. C 20. B 21. C 22. E 23. B 24. C 25. A 26. C 27. B 28. D 29. A 30. E 31. B 32. E 33. B 34. A 35. B 36. A 37. E 38. D 39. B. 40 D 41. B 42. A 43. A 44. C 45. E 46. E 47. B 48. A 49. D 50. D 51. E 52. C 53. A 54. C 55. B 56. B 57. E 58. C 59. E 60. A 61. E 62. B. 63. B 64. E 65. C.



@raphaelspyere



Raphael Spyere



Estudando Direito - com Raphael Spyere